



# SANTA

BLUMENAU  
ANO 48 N° 14.721  
OUTROS ESTADOS- R\$ 4,00  
R\$ 3,00

QUARTA-FEIRA  
29 DE MAIO DE 2019



## SAÚDE

### CUIDADOS PARA EVITAR ENGASGOS

Especialistas apontam dicas e recomendações a serem tomadas

PÁGINA 6

## POLÍTICA

### 4 MIL TÊM TÍTULO DE ELEITOR INVÁLIDO

Documentos foram cancelados pela ausência nas últimas três eleições

PÁGINA 9

## AEROPORTO

### AMPLIAÇÃO SERÁ LANÇADA AMANHÃ

Presidente da Infraero assinará a ordem de serviço em Navegantes

DAGMARA SPAUTZ, 2



## SEGURANÇA

### OPERAÇÃO RESULTA EM 38 PRISÕES EM SC

Em Taió, no Alto Vale, cinco pessoas foram detidas

PÁGINA 16

## ECONOMIA

# PACOTE PREVÊ R\$ 250 MILHÕES DE INVESTIMENTO NA CIDADE

Prefeitura de Blumenau finalizou plano de concessão e parcerias público-privadas para exploração de bens públicos. Os 15 projetos devem ser anunciados na próxima semana

PEDRO MACHADO, 30



Os oito quilômetros que estão praticamente concluídos ficam no lote 2, entre Ilhota e Gaspar

## BR-470

### TRECHO DA DUPLICAÇÃO SERÁ LIBERADO NA PRÓXIMA SEMANA

Superintendente catarinense do DNIT, Ronaldo Carioni Barbosa, diz que o dia da abertura será definido com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas | PANCHO, 3



# Fundação Universidade do Vale do Itajaí

84.307.974/0001-02

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Identidade: A Fundação Universidade do Vale do Itajaí (Fundação UNIVALI) é uma entidade de direito privado sem finalidade de lucros, constituída para promover a educação, a ciência e o desenvolvimento social. Para cumprir seu objetivo social, mantém a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, que vem apresentar o relatório anual da administração, suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhados do parecer dos auditores independentes e aprovados pelo Conselho de Administração Superior – CAS, conforme a Resolução nº 010/CAS/2019, de 25 de março de 2019 e pelo Conselho Curador em conformidade com o Parecer nº 002/Curador/2018, de 27 de março de 2019.

Investimentos: A Fundação UNIVALI, atenta à necessidade de modernização e priorização da excelência em seus serviços, vem promovendo melhorias contínuas em seus processos e instalações. Dentre os investimentos realizados em 2018, destaca-se a continuidade das ações previstas no Programa de Eficiência Energética – CELESC, com a substituição de 81 equipamentos de ar condicionado modelo janela e piso teto, por outras 133 novas unidades modelo Split Inverter no campus Biguaçu. O projeto também envolveu os sistemas de iluminação, com a substituição de 1,4 mil lâmpadas fluorescentes por lâmpadas tuboLED. Os campi Itajaí e Balneário Piçarras também foram contemplados com novo sistema de iluminação. Nas três unidades, ao todo, foram trocadas 8,3 mil lâmpadas fluorescentes tubulares por lâmpadas tuboLED. No campus São José houve adequação das instalações para ampliação de quatro salas de aula e investimentos na área de segurança, como a complementação do sistema de alarme/deteção de incêndio. Ainda foram realizadas benfeitorias no campus Itajaí, como a Integração das Secretarias Acadêmicas e Biblioteca, visando promover melhorias na qualidade dos serviços prestados.

Resultados financeiros: Do ponto de vista econômico, no exercício de 2018, as receitas geradas pela Fundação UNIVALI não foram suficientes para cobrir seus custos e despesas, o que resultou em um "déficit" de R\$ 7.016 (sete milhões e dezesseis mil). As obrigações de curto e longo prazo, que eram de R\$ 118.204 (cento e dezoito milhões e duzentos e quatro mil) em 2017, passaram para R\$ 123.720 (cento e vinte e três milhões e setecentos e vinte mil) no ano de 2018.

Resultados institucionais 2018

Em 2018, a Universidade do Vale do Itajaí (univali) recebeu diversos reconhecimentos das comunidades e de instituições públicas e privadas.

IGC - A Universidade do Vale do Itajaí (Univali) é a melhor universidade não pública de Santa Catarina, segundo o Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação, com nota 4. A avaliação contemplou 2.056 instituições de ensino superior. No País, a Univali é a 29ª melhor universidade entre públicas e privadas e a 6ª, levando em conta apenas as instituições sem fins lucrativos. No Estado, a Univali ocupa a 4ª posição incluindo também as instituições públicas.

RUF - A Univali também é a melhor instituição de ensino superior não pública catarinense, segundo o Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF). No Brasil, a Univali ocupa a 75ª posição entre todas as instituições. Considerando apenas as não públicas, a Instituição é a 18ª melhor universidade brasileira.

O ranking reúne e classifica 195 instituições brasileiras, a partir de cinco indicadores: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado de trabalho. O ranking também avaliou 30 cursos da Instituição, destacando-se o curso de Turismo e Hotelaria como o 1º colocado no Estado e 7º entre todas as universidades brasileiras. Apenas entre as não públicas catarinenses, os cursos de Administração, Arquitetura, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Design, Educação Física, Letras, Moda, e Relações Internacionais também estão relacionados como os melhores do Estado.

Guia do Estudante - A Universidade do Vale do Itajaí classificou 51 cursos de graduação entre os melhores do país na avaliação de cursos superiores realizada pelo Guia do Estudante Profissões para 2019, publicado pela Editora Abril. Pelo quinto ano consecutivo, o curso Turismo e Hotelaria, ministrado em Balneário Camboriú, recebeu a melhor avaliação, com cinco estrelas. Na sequência, contemplados com quatro estrelas, a Univali teve nove cursos a mais do que no passado. São eles: Administração (Balneário Camboriú, Biguaçu, Itajaí e Tijucas); Ciências Contábeis (Itajaí), Comércio Exterior, Design de Jogos e Entretenimento Digital (Balneário Camboriú), Design de Moda, Direito (Balneário Camboriú, Biguaçu, Itajaí, São José, Kobarzol e Tijucas), Estética (Balneário Camboriú), Educação Física Bacharelado e Licenciatura (Itajaí), Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Gastronomia, Jornalismo, Letras, Logística, Música – Bacharelado e Licenciatura e Nutrição.

A Administração

## UNIVALI - Fundação Universidade do Vale do Itajaí

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Notas	2017			2017 Apresentado
		2018	Reapresentado	Ajustes	
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.469	13.523	-	13.523
Mensalidades líquidas a receber	5	21.935	17.991	-	17.991
Adiantamentos a empregados/terceiros	6	642	9.506	-	9.506
Estoques		543	1.266	-	1.266
Despesas antecipadas	7	747	904	-	904
Tributos a recuperar	8	-	5.078	-	5.078
Créditos de financiamento estudantil	9	2.467	8.934	-	8.934
Títulos PROIES	10	-	-	(11.728)	11.728
Outros recebíveis	11	10.694	7.852	5.602	2.250
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>53.497</b>	<b>65.053</b>	<b>(6.126)</b>	<b>71.180</b>
<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais	21	380	631	-	631
Créditos de financiamento estudantil	9	8.343	5.465	-	5.465
Tributos a recuperar	8	9.358	-	-	-
Investimentos	12	31.641	30.322	-	30.322
Imobilizado	13	341.832	340.313	(20.055)	360.368
Intangível	14	1.076	1.551	-	1.551
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>392.630</b>	<b>378.282</b>	<b>(20.055)</b>	<b>398.337</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>446.127</b>	<b>443.336</b>	<b>(26.181)</b>	<b>469.517</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## UNIVALI - Fundação Universidade do Vale do Itajaí

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2017			2017 Apresentado
		2018	Reapresentado	Ajustes	
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	11.841	8.735	-	8.735
Empréstimos e financiamentos	16	16.122	35.940	-	35.940
Adiantamento de clientes		2.976	2.197	-	2.197
Impostos e contribuições a recolher	30	1.390	7.145	(1.817)	8.961
Obrigações sociais e trabalhistas	17	29.832	32.925	-	32.925
Previdência complementar	18	3.379	3.506	-	3.506
Subvenção a Realizar		-	683	-	683
Provisões	19	3.251	619	619	-
Outras obrigações	20	1.341	2.535	-	2.535
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>70.132</b>	<b>94.285</b>	<b>(1.198)</b>	<b>95.482</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	16	40.376	20.758	-	20.758
Outras contas a pagar		601	601	-	601
Provisões	21	6.929	2.561	-	2.561
Resultados Diferidos	22	5.682	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>53.588</b>	<b>23.919</b>	<b>-</b>	<b>23.919</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Patrimônio social	23	65.827	65.827	-	65.828
Reserva de subvenção para investimentos		50.883	50.883	-	50.883
Reserva de reavaliação	24	107.239	108.089	-	108.089
Ajuste de avaliação patrimonial	25	149.046	149.939	-	149.939
Déficits acumulados	30	(50.588)	(49.606)	(24.983)	(24.623)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>322.407</b>	<b>325.132</b>	<b>(24.983)</b>	<b>350.116</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>446.127</b>	<b>443.336</b>	<b>(26.181)</b>	<b>469.517</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## UNIVALI - Fundação Universidade do Vale do Itajaí

### Demonstrações do resultado do período

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	2017							
		2018		Reapresentado		Ajustes	2017 Apresentado		
		Hospital	Universidade	Fundação	Fundação		Hospital	Universidade	Fundação
<b>Receita operacional</b>									
Mensalidades e Emolumentos		-	343.502	343.502	352.599	-	-	352.599	352.599
Receita de serviços		3.635	89.138	92.773	75.788	(15.072)	3.958	86.902	90.860
Receita de serviços SUS		2.996	-	2.996	2.958	-	2.958	-	2.958
Outras Receitas		11	8.392	8.403	5.301	-	-	5.301	5.301
Subvenções, doações e patrocínios		8.260	30.313	38.573	17.255	1.817	8.298	7.140	15.438
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>14.902</b>	<b>471.345</b>	<b>486.247</b>	<b>453.901</b>	<b>(13.255)</b>	<b>15.214</b>	<b>451.942</b>	<b>467.156</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>									
(-) Gratuidades educação	26	(272)	(85.386)	(85.658)	(84.273)	-	(247)	(84.026)	(84.273)
(-) Outras bolsas concedidas		-	(17.478)	(17.478)	(16.646)	-	-	(16.646)	(16.646)
(-) Mensalidades canceladas		-	(6.410)	(6.410)	(7.526)	-	-	(7.526)	(7.526)
(-) Faturamentos glosados		(5)	-	(5)	(9)	-	(9)	-	(9)
(-) Devoluções mensalidades		-	(1.113)	(1.113)	(1.266)	-	-	(1.266)	(1.266)
(-) Devoluções subvenções		-	-	-	(106)	-	-	(106)	(106)
(-) Outras deduções		-	(85)	(85)	(78)	-	-	(78)	(78)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>14.625</b>	<b>360.874</b>	<b>375.499</b>	<b>343.996</b>	<b>-</b>	<b>14.958</b>	<b>342.294</b>	<b>357.252</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>									
Serviços de ensino e hospitalares		(7.795)	(200.216)	(208.010)	(208.882)	-	(7.547)	(201.335)	(208.882)
Outros custos		(10.487)	(90.232)	(100.720)	(97.140)	-	(9.965)	(87.175)	(97.140)
<b>Resultado bruto</b>		<b>(3.657)</b>	<b>70.426</b>	<b>66.769</b>	<b>37.974</b>	<b>-</b>	<b>(2.554)</b>	<b>53.784</b>	<b>51.230</b>
<b>Despesas operacionais</b>									
Gastos com pessoal e encargos		(2.280)	(39.077)	(41.357)	(38.216)	-	(2.065)	(36.151)	(38.216)
Despesas administrativas		(1.391)	(26.646)	(28.036)	(24.244)	-	(1.102)	(23.142)	(24.244)
Impostos e taxas		-	(1)	(1)	(2)	-	-	(2)	(2)
<b>Resultado oper. antes dos efeitos financeiros</b>		<b>(7.328)</b>	<b>4.703</b>	<b>(2.625)</b>	<b>(24.487)</b>	<b>-</b>	<b>(5.721)</b>	<b>(5.511)</b>	<b>(11.232)</b>
Receitas financeiras		4	6.021	6.025	5.502	-	21	5.481	5.502
Despesas financeiras		(2)	(8.157)	(8.159)	(13.761)	-	-	(13.761)	(13.761)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	27	<b>3</b>	<b>(2.137)</b>	<b>(2.134)</b>	<b>(8.259)</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>(8.280)</b>	<b>(8.259)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>(7.325)</b>	<b>2.566</b>	<b>(4.759)</b>	<b>(32.746)</b>	<b>-</b>	<b>(5.700)</b>	<b>(13.791)</b>	<b>(19.491)</b>
<b>Outros resultados líquido</b>									
Operações com o Imobilizado		(8)	(1.365)	(1.373)	(5.533)	-	-	(5.533)	(5.533)
Outros resultados		(2.883)	1.999	(884)	3.973	-	(149)	4.122	3.973
<b>Superávit/(déficit) do período</b>		<b>(10.216)</b>	<b>3.200</b>	<b>(7.016)</b>	<b>(34.306)</b>	<b>(13.255)</b>	<b>(5.849)</b>	<b>(15.202)</b>	<b>(21.051)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## UNIVALI - Fundação Universidade do Vale do Itajaí

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Patrimônio Social	Reserva de Subvenção para Investimentos	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulado	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>64.477</b>	<b>50.883</b>	<b>109.126</b>	<b>149.939</b>	<b>(14.367)</b>	<b>360.058</b>
Transferências de Patrimônio Social:						
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.037)	-	1.037	-
Déficits do exercício	-	-	-	-	(21.051)	(21.051)
Parcelamento de Débitos Tributários	-	-	-	-	9.758	9.758
Transferência para Patrimônio Social	1.350	-	-	-	-	1.350
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017, como previamente divulgado</b>	<b>65.827</b>	<b>50.883</b>	<b>108.089</b>	<b>149.939</b>	<b>(24.623)</b>	<b>350.115</b>
Ajustes de exercícios anteriores referentes a 2016	30	-	-	-	(11.728)	(11.728)
Ajustes de exercícios anteriores referentes a 2017	30	-	-	-	(13.255)	(13.255)
<b>Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>65.827</b>	<b>50.883</b>	<b>108.089</b>	<b>149.939</b>	<b>(49.606)</b>	<b>325.132</b>
Transferências de Patrimônio Social:						
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(850)	(893)	1.743	-
Reclassificação tributo a recuperar	-	-	-	-	4.291	4.291
Déficits do exercício	-	-	-	-	(7.016)	(7.016)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>65.827</b>	<b>50.883</b>	<b>107.239</b>	<b>149.046</b>	<b>(50.588)</b>	<b>322.407</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## UNIVALI - Fundação Universidade do Vale do Itajaí

### Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017		Ajustes Nota 30	2017 Apresentado
		2018	Reapresentado		
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>					
Déficit do período		(7.016)	(34.306)	(13.255)	(21.051)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:</b>					
Ajuste de exercícios anteriores	30	-	(11.728)	(11.728)	-
Reclassificação tributo a recuperar		4.291	-	-	-
Depreciação e amortização		8.735	9.512	-	9.512
Provisão de créditos de liquidação duvidosa		(1.173)	(4.391)	-	(4.391)
Provisão (reversão) para contingências		4.368	(1.413)	-	(1.413)
Baixa de ativos imobilizados	30	3.267	27.933	20.055	7.878
		<b>12.472</b>	<b>(14.393)</b>	<b>(4.928)</b>	<b>(9.465)</b>
Redução (aumento) nos ativos:					
Mensalidades líquidas a receber		(2.771)	(2.221)	-	(2.221)
Adiantamentos a empregados/terceiros		8.864	(598)	-	(598)
Estoques		723	(339)	-	(339)
Despesas antecipadas		157	(191)	-	(191)
Créditos de financiamento estudantil					

Univali - Fundação Universidade do Vale do Itajaí  
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Informações Gerais

A Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, localizada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, é uma pessoa jurídica de direito privado sem finalidade de lucros e filantrópica, segundo a expressa disposição da Lei de sua criação (Lei Municipal nº 2.515/89), constituída para promover a educação, a ciência e o desenvolvimento social. Para cumprir seus objetivos institucionais e estatutários mantém a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Possui natureza jurídica de entidade de educação sem finalidade de lucros e, também, de entidade beneficente de assistência social portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, a Fundação UNIVALI é detentora das seguintes prerrogativas tributárias sobre impostos e contribuições sociais que lhe foram outorgadas pela Constituição Federal de 1988:

- Imunidade sobre seu patrimônio, suas rendas e seus serviços, por força das disposições constantes do artigo 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição Federal de 1988 e dos artigos 9º e 14 do Código Tributário Nacional, que lhe confere imunidade tributária quanto aos recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, dentre outros impostos, bem como sobre tributos indiretos (ICMS, IPI, etc.) nas aquisições de bens, equipamentos, mercadorias e insumos destinados às finalidades essenciais da entidade, nas situações fáticas em que a Fundação UNIVALI figure como “contribuinte de direito” - e não mera “contribuinte de fato” do tributo.

- Imunidade sobre as contribuições sociais destinadas ao financiamento da Seguridade Social, por força do artigo 195, § 7º da Constituição Federal de 1988 e do artigo 29 da Lei nº 12.101/2009, que lhe conferem o direito ao não recolhimento das contribuições sociais patronais veiculadas nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991, dentre as quais podem ser citadas a Cota Patronal Previdenciária, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a CSLL, o SAT, o PIS, dentre outras.

Além disso, como entidade beneficente de assistência social portadora do CEBAS, o § 5º do artigo 3º da Lei nº 11.457/2007 conferiu expressamente à Fundação UNIVALI o direito à isenção quanto ao recolhimento das contribuições sociais devida a terceiros.

Como parte integrante do seu objeto social, e no objetivo de gozar dos benefícios tributários outorgados pela Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional às entidades de educação e assistência social sem finalidade de lucros, a Fundação UNIVALI, como entidade beneficente com atuação preponderante na área da educação, concede bolsas de estudos na forma da legislação vigente (Leis Federais nº 11.096/2005, nº 12.101/2009, nº 12.868/2013, artigos 170 e 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e Lei Estadual nº 14.876/2009), atuando, também de forma complementar e voluntária, na prestação de serviços gratuitos à população nas áreas da assistência social e saúde, inclusive como fundação mantenedora do Hospital Infantil Pequeno Anjo. Em 05 de setembro de 2017 foi expedida a Certidão de Registro autorizando a dissolução da FUNPEX – Fundação de Extensão e Pesquisas Educacionais. Em 30 de novembro de 2017 foi incorporada a FUNPEX – Fundação de Extensão e Pesquisas Educacionais na Fundação Universidade do Vale do Itajaí, decorrência da sua extinção por inatividade. A incorporação ocorreu a valores contábeis. Abaixo são descritos, resumidamente, os valores constantes no balancete de 30 de agosto de 2017 (em milhares de reais) utilizado para incorporação:

Ativo circulante	-
Ativo não circulante	1.065
<b>Total de ativos incorporados</b>	<b>1.065</b>

Passivo circulante	285
Passivo não circulante	-
<b>Total de passivos incorporados</b>	<b>285</b>

Acerto líquido incorporado	1.350
2. Base de preparação	

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação UNIVALI – Mantenedora da Universidade do Vale do Itajaí para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Fundação em 06 de março de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2.2. Normas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando as alterações introduzidas nas Leis nº 11.638/07, 11.941/09, 11.096/2005, 12.101/2009, pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 26 (e alterações) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e pela Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (e alterações) – Entidade Sem Finalidade de Lucros. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados (previdência complementar). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica com equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Aplicações financeiras

Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

3.2. Mensalidades líquidas a receber

Representam, basicamente, as mensalidades de ensino fundamental, ensino médio, graduação e pós-graduação emitidas, porém não recebidas, além de acordos firmados com estudantes de mensalidades vencidas e de cobranças judiciais. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face, a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber e é calculada levando-se em consideração os índices históricos de recuperação em suas diversas modalidades. Estes índices são periodicamente revisados buscando uma melhor estimativa para a mensuração desses valores.

3.3. Adiantamentos a empregados/terceiros

São representados por adiantamentos efetuados a empregados e prestadores de serviços com a finalidade de adiantamento de férias e para despesas de viagens representando a Fundação UNIVALI e sinal na contratação de serviços

3.4. Estoques

Os estoques referem-se a medicamentos e materiais de almoxarifado em geral utilizados na prestação de serviços de saúde no Hospital Pequeno Anjo e almoxarifado da universidade, e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel e, em geral compreendem materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e expediente relacionados as atividades do hospital e universidade.

Os estoques obsoletos ou “vencidos” são baixados ou substituídos quando identificados.

3.5. Despesas antecipadas

Composto por apropriações de prêmios de seguros, assinaturas de periódicos e aluguéis pagos antecipadamente.

3.6. Créditos de financiamento estudantil

São representados por valores recebidos de órgãos públicos em contrapartida ao oferecimento de bolsas de estudos e também por financiamento estudantil próprio da entidade (PROAFE) e de terceiros (FIES) e (Fundacred).

3.7. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

c) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, como segue:

Descrição	Anos
Edificações	13 a 63
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Embarcações	20
Material bibliográfico	10
Equipamentos de informação	5
Benefitorias e obras complementares	20

d) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos inicialmente líquidos dos custos de transação, sendo apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelos encargos incorridos até o final dos exercícios, nos termos dos contratos vigentes, os quais são contabilizados como despesas financeiras.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, sendo utilizado o ajuste a valor presente quando aplicável.

3.11. Receitas de mensalidades

Estão demonstradas ao valor histórico que é composto, principalmente das mensalidades faturadas para alunos do ensino fundamental, ensino médio, da graduação e da pós-graduação, líquido dos valores cancelados.

3.12. Apuração do superávit/déficit

As receitas, custos e despesas da entidade encontram-se registradas a valores originais e de acordo com o regime de competência.

3.13. Aspectos fiscais

A Fundação, na condição de educação e assistência social sem finalidade de lucros, goza da imunidade tributária no que se refere ao seu patrimônio, sua renda e seus serviços para o desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 150, inciso V, alínea “c” da CF/88), sendo também detentora da isenção tributária sobre as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social enquanto entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS (art. 195, § 7º da CF/88), atendendo também aos requisitos estabelecidos pela legislação infraconstitucional para a manutenção destas imunidades/isenções, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

3.14. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.15. Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reclassificadas e reapresentadas, quando aplicável, para fins de comparação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados como segue:

Descrição	2018	2017
<b>Caixa</b>		
Fundo Fixo	15	12
<b>Contas correntes</b>		
Recursos próprios	15	68
Recursos com fins específicos	-	-
<b>Aplicações financeiras</b>		
Recursos próprios	14.435	12.443
Recursos com fins específicos	2.004	1.000
<b>Total</b>	<b>16.469</b>	<b>13.523</b>

As disponibilidades da Fundação só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating classificadas como Grau de Investimento. Em 31 de dezembro de 2018 a Fundação mantém suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Itaú S.A. e Caixa Econômica Federal.

As aplicações de liquidez imediata da Fundação, em sua maioria, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Fundação.

Os recursos classificados como – com fins específicos, referem-se a recursos recebidos de terceiros para aplicação em projetos e convênios.

5. Mensalidades líquidas a receber

As mensalidades líquidas a receber estão representadas como segue:

Descrição	2018	2017
Mensalidades	15.477	16.455
Mensalidades renegociadas	12.165	8.416
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(5.707)	(6.880)
<b>Total</b>	<b>21.935</b>	<b>17.991</b>

As mensalidades são emitidas mensalmente com prazo de pagamento de 10 dias, a partir dos contratos de prestação de serviços assinado pelos alunos no qual o mesmo escolhe a data de vencimento da mesma. Já a Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa é feita a partir de dados históricos, ajustado de acordo com a tendência da inadimplência.

A movimentação das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa está composta da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Saldo no início do período</b>	<b>6.880</b>	<b>11.271</b>
Adições	7.968	6.880
Baixas	(9.141)	(11.271)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>5.707</b>	<b>6.880</b>

6. Adiantamentos a empregados/terceiros

Estão representados como segue:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos a funcionários	2	2
Adiantamentos de férias (a)	-	9.317
Adiantamentos a fornecedores	524	54
Adiantamentos de despesas diversas	116	133
<b>Total</b>	<b>642</b>	<b>9.506</b>

(a) Considerando a conveniência operacional, a entidade concede férias a todo o seu corpo docente e administrativo no mês de janeiro de cada ano. Como consequência, os adiantamentos de férias são concedidos no final do mês de dezembro, sendo que a partir do ano de 2018 os valores de férias a pagar, no passivo, estão reconhecidos pelo valor provável do desembolso futuro.

7. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão representadas como segue:

Descrição	2018	2017
Seguros	37	38
Assinaturas	106	105
Licença para uso de software	351	678
Manutenção de Equipamentos	38	83
Comunicação e Marketing	215	-
<b>Total</b>	<b>747</b>	<b>904</b>

8. Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar estão representados como segue:

Descrição	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
CPMF a recuperar	-	206	206	-
IOF a recuperar	-	86	86	-
ISS a recuperar	-	-	1	-
IRRF a recuperar (a)	-	7.422	3.131	-
REFIS a recuperar	-	1.645	1.645	-
IOF a recuperar	-	-	9	-
<b>Total</b>	-	<b>9.358</b>	<b>5.078</b>	-

(a) Os valores registrados como IRRF a recuperar- PROIES, referem-se a remissão dos débitos de IRRF perante a Receita Federal e PGFN, de forma que ocorre a manifestação favorável, tanto da Receita Federal como da PGFN, não ocorreu a efetiva extinção (baixa) dos débitos das Certidões de Dívida Ativa - CDA's 91.2.09.002009-01 e 91.2.12.002745-44, o que ensejou a necessidade da Fundação UNIVALI ingressar com ação ordinária perante a 3ª Vara da Justiça Federal de Itajaí, no objetivo de obrigar a União-Fazenda Nacional a operacionalizar e efetivar a remissão dos débitos de IRRF em seus sistemas nos termos da Lei nº 12.989/2014, com a baixa dos respectivos débitos.

Em 13/06/2016, houve a concessão de liminar acolhendo parcialmente do pedido e, em 23/09/2016, a prolação de sentença de integral procedência em razão do reconhecimento, pela União, dos pedidos formulados pela Fundação UNIVALI na citada ação (art. 487, III, “a” do CPC), havendo o trânsito em julgado sentença para a União na mesma data.

Os valores dessa conta foram reclassificados para o ativo não circulante em 2018, por mudança de estimativa quanto ao seu efetivo recebimento, que possui demanda administrativa perante a Receita Federal do Brasil que aguarda homologação.

## 9. Créditos de financiamento estudantil

Os créditos de financiamento estudantil apresentam a seguinte composição:

Descrição	2016		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FE S (a)	2.152	2.885	3.621	2.752
PROAFE	105	137	152	166
Repasse art. 170	-	-	1.646	-
Repasse Fundo Social	-	-	3.433	-
Contas a Receber - Crédito Educativo	210	5.321	82	2.547
<b>Total</b>	<b>2.467</b>	<b>8.343</b>	<b>8.934</b>	<b>5.465</b>

Neste grupo estão classificados os valores recebidos de órgãos públicos em contrapartida ao oferecimento de bolsas de estudos.

## 10. Títulos Proies

Estão representados como segue:

Descrição	2017			
	2018	Reapresentado	Ajustes	Apresentado
Títulos PROIES	-	-	(11.728)	11.728
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.728)</b>	<b>11.728</b>

Referem-se a saldo de bolsas do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), Lei nº 12.688, de 18/07/2012 permitiu que a entidade aderisse ao Programa, cujo pedido de adesão foi deferido em 01/03/2013, realização das bolsas de estudos ocorrerá através do vínculo ao Sistema SISPROUNI. Devido a remissão dos débitos de IRRF perante a Receita Federal e PGFN, de forma que ocorre a manifestação favorável, tanto da Receita Federal como da PGFN, não ocorreu a efetiva extinção (baixa) dos débitos das Certidões de Dívida Ativa - CDA's 91.2.09.002009-01 e 91.2.12.002745-44, o que ensejou a necessidade da Fundação UNIVALI ingressar com ação ordinária perante a 3ª Vara da Justiça Federal de Itajaí, no objetivo de obrigar a União-Fazenda Nacional a operacionalizar e efetivar a remissão dos débitos de IRRF em seus sistemas nos termos da Lei nº 12.989/2014, com a baixa dos respectivos débitos. Em 13/06/2016, houve a concessão de liminar acolhendo parcialmente do pedido de, em 23/09/2016, a prolação de sentença de integral procedência em razão do reconhecimento, pela União, dos pedidos formulados pela Fundação UNIVALI na citada ação (art. 487, III, "a" do CPC), havendo o trânsito em julgado sentença para a União na mesma data. A Administração, por entender que no ano da Remissão (2016), já não havia mais a possibilidade de cobrança destes valores, optou por realizar no exercício de 2018 a baixa dos respectivos valores a receber em contrapartida de Ajuste de Exercícios Anteriores.

## 11. Outros recebíveis

Os outros recebíveis estão representados como segue:

Descrição	2017			
	2018	Reapresentado	Ajustes	Apresentado
PMP - Petrobras	6.482	5.602	5.602	-
Outros recebíveis	4.212	2.250	-	2.250
<b>Total</b>	<b>10.694</b>	<b>7.852</b>	<b>5.602</b>	<b>2.250</b>

Os valores a receber R\$ 6.482 registrados sobre a rubrica "PMP – Petrobras" se referem aos valores dos serviços prestados no mês de dezembro cujo recebimento ocorrerá em janeiro de 2019. O ajuste e saldo reapresentado de 2017 no montante de R\$ 5.602, se referem aos valores dos serviços prestados no mês de dezembro de 2017 cujo recebimento ocorreu em janeiro de 2018, o ajuste ocorreu devido aos valores terem sido registrados fora do período de competência.

## 12. Investimento

Os investimentos estão representados como segue:

Descrição	2018	2017
Acervo Museu	30.322	30.322
Terrenos - HUPA	513	-
Edificações e Instalações - HUPA	806	-
<b>Total</b>	<b>31.641</b>	<b>30.322</b>

Em 11 de outubro de 2018 A Fundação Universidade do Vale do Itajaí, mantenedora do Hospital Pequeno Anjo – HUPA firmou contrato de Gestão de Administração Hospitalar e permissão de uso com o Instituto Santa Clara, pessoa jurídica de direito privado, entidade filantrópica inscrita no CNPJ: 08.325.231/0001-87 com a intervenção do Município de Itajaí/Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí. Devido a esse contrato foram reclassificados para investimento o terreno e edifício do Hospital Pequeno Anjo.

## 13. Imobilizado

O imobilizado está representado como segue:

Descrição	2018			2017	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	253.908	-	253.908	255.824	
Edificações	110.611	(49.822)	60.789	63.786	
Instalações	9.475	(4.837)	4.638	4.493	
Máquinas e equipamentos	33.312	(25.936)	7.377	7.812	
Móveis e utensílios	10.291	(7.811)	2.480	1.880	
Veículos	1.359	(1.269)	90	403	
Embarcações	136	(95)	40	53	
Material bibliográfico	12.480	(10.829)	1.651	1.973	
Equipamentos de informação	11.060	(9.701)	1.360	1.965	
Benfeitorias e obras complementares	8.359	(4.323)	4.036	5.725	
Máquinas e equipamentos - Subvenções	-	(0)	(0)	351	
Veículos - Leasing	77	(50)	27	42	
Importações em andamento	283	-	283	34	
Construções em andamento	3.175	-	3.175	(4.158)	
Importações em andamento - Subvenções	-	-	-	0	
Construção em Andamento - Subvenções	-	-	-	214	
Máquinas e equipamentos - HUPA	3.169	(2.121)	1.048	116	
Móveis e utensílios - HUPA	507	(262)	245	-	
Equipamentos de informação - HUPA	128	(111)	15	-	
Benfeitorias e obras complementares - HUPA	1.048	(377)	671	-	
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>459.376</b>	<b>(117.544)</b>	<b>341.832</b>	<b>340.313</b>	

Movimentação do imobilizado de 2017 a 2018

Descrição	2017		2018	
	Reapresentado	Movimentação	Reapresentado	Movimentação
	Custo	Adições	Baixas	Transf.
Terrenos	255.824	-	(1.203)	(513)
Edificações	111.632	86	(46)	(1.061)
Instalações	8.778	34	(60)	725
Máquinas e equipamentos	36.820	2.121	(3.036)	(2.593)
Móveis e utensílios	10.052	754	(66)	(457)
Veículos	1.748	-	(389)	-
Embarcações	159	-	(22)	-
Material bibliográfico	12.430	50	(0)	-
Equipamentos de informação	12.330	209	(1.350)	(129)
Benfeitorias e obras complementares	8.721	222	(48)	(930)
Máquinas e equipamentos - Subvenções	308	-	-	(368)
Veículos - Leasing	77	-	-	77
Importações em andamento	283	788	(503)	(34)
Construções em andamento	(4.158)	8.060	(64)	(1.273)
Importações em andamento - Subvenções	214	-	-	(214)
Construção em Andamento - Subvenções	116	-	-	(116)
Máquinas e equipamentos - HUPA	-	24	-	3.148
Móveis e utensílios - HUPA	-	-	-	507
Equipamentos de informação - HUPA	-	-	-	128
Benfeitorias e obras complementares - HUPA	-	-	-	1.048
<b>Total</b>	<b>454.952</b>	<b>12.346</b>	<b>(6.779)</b>	<b>(1.743)</b>

Descrição	2017		2018	
	Reapresentado	Movimentação	Reapresentado	Movimentação
	Taxa %	Depreciação	Adições	Baixas
Edificações	1,59 a 7,63	(47.846)	(2.349)	11
Instalações	10	(4.282)	(613)	19
Máquinas e equipamentos	10	(29.008)	(1.870)	2.777
Móveis e utensílios	10	(8.182)	(524)	677
Veículos	20	(1.345)	(184)	259
Embarcações	5	(105)	(9)	18
Material bibliográfico	10	(10.457)	(372)	0
Equipamentos de informação	20	(10.366)	(772)	1.326
Benfeitorias e obras complementares	5	(2.996)	(1.715)	12
Máquinas e equipamentos - Subvenções	-	(16)	(6)	23
Veículos - Leasing	-	(35)	(15)	-
Máquinas e equipamentos - HUPA	10	-	-	(2.121)
Móveis e utensílios - HUPA	10	-	-	(262)
Equipamentos de informação - HUPA	20	-	-	(111)
Benfeitorias e obras complementares - HUPA	5	-	-	(377)
<b>Total</b>		<b>(114.639)</b>	<b>(8.430)</b>	<b>5.099</b>

Total líquido bens tangíveis

	<b>340.313</b>	<b>4.516</b>	<b>(1.680)</b>	<b>(1.317)</b>	<b>341.832</b>
--	----------------	--------------	----------------	----------------	----------------

O saldo de R\$ 1.317 na coluna de transferências, referem-se ao Terreno e Edificação do Hospital Pequeno Anjo que foi transferido para o grupo de Investimentos (vide nota 12).

Movimentação do imobilizado de 2016 a 2017

Descrição	2016				2017		2017	
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	
Terrenos	255.623	1	-	-	255.624	-	255.624	
Edificações	115.041	679	(3.843)	-	111.877	(245)	111.632	
Instalações	10.682	147	(4.674)	2.751	8.906	(131)	8.776	
Máquinas e equipamentos	38.184	3.568	(2.210)	191	39.733	(2.913)	36.820	
Móveis e utensílios	11.177	1.063	(568)	71	11.743	(1.681)	10.062	
Veículos	2.234	456	(472)	(77)	2.141	(393)	1.748	
Embarcações	159	-	-	-	159	(1)	158	
Material bibliográfico	12.318	114	(2)	-	12.430	-	12.430	
Equipamentos de informação	12.728	561	(667)	1	12.623	(293)	12.330	
Benfeitorias e obras complementares	4.177	3.297	(58)	1.305	8.721	-	8.721	
Máquinas e equipamentos - Subvenções	-	368	-	-	368	-	368	
Veículos - Leasing	-	-	-	77	77	-	77	
Importações em andamento	209	1.217	(1.387)	(5)	34	-	34	
Construções em andamento	3.908	11.171	(266)	(4.314)	10.499	(14.657)	(4.158)	
Bens a imobilizar	-	-	-	-	-	-	-	
Importações em andamento - Subvenções	545	37	(368)	-	214	-	214	
Construção em Andamento - Subvenções	50	66	-	-	116	-	116	
<b>Total</b>	<b>467.035</b>	<b>22.745</b>	<b>(14.515)</b>	<b>-</b>	<b>475.265</b>	<b>(20.314)</b>	<b>454.952</b>	

Descrição	Taxa %	2016				2017		2017	
		Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	Ajustes	Depreciação	
Edificações	1,59 a 7,63	(46.869)	(2.397)	1.412	-	(47.854)	8	(47.846)	
Instalações	10	(6.977)	(546)	3.239	-	(4.284)	1	(4.282)	
Máquinas e equipamentos	10	(27.746)	(2.138)	790	-	(29.094)	86	(29.008)	
Móveis e utensílios	10	(7.980)	(562)	328	-	(8.214)	31	(8.182)	
Veículos	20	(1.464)	(266)	303	-	(1.427)	83	(1.345)	
Embarcações	5	(98)	(8)	-	-	(106)	1	(105)	
Material bibliográfico	10	(10.003)	(457)	3	-	(10.457)	-	(10.457)	
Equipamentos de informação	20	(9.839)	(1.110)	535	-	(10.414)	48	(10.366)	
Benfeitorias e obras complementares	5	(1.646)	(1.384)	34	-	(2.996)	-	(2.996)	
Máquinas e equipamentos - Subvenções	-	(16)	(16)	-	-	(16)	-	(16)	
Veículos - Leasing	-	(35)	(35)	-	-	(35)	-	(35)	
<b>Total</b>		<b>(112.622)</b>	<b>(8.919)</b>	<b>6.644</b>	<b>-</b>	<b>(114.897)</b>	<b>259</b>	<b>(114.639)</b>	

Total líquido bens tangíveis

	<b>354.413</b>	<b>13.908</b>	<b>7.764</b>	<b>-</b>	<b>360.368</b>	<b>(20.055)</b>	<b>340.313</b>
--	----------------	---------------	--------------	----------	----------------	-----------------	----------------

## 14. Intangível

O intangível está representado como segue:

Composição de saldo:

Descrição	2018			2017	
	Custo corrigido e reavaliado	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Software	5.278	(4.248)	1.030	1.501	
Marcas e patentes	79	(43)	36	50	
Software - HUPA	33	(28)	5	-	
Marcas e patentes - HUPA	7	(2)	5	-	
<b>Total do intangível</b>	<b>5.397</b>	<b>(4.321)</b>	<b>1.076</b>	<b>1.551</b>	

Movimentação do intangível de 2017 a 2018

Descrição	2017		2018	
	Custo	Movimentação	Custo	Movimentação
Software	5.252	59	(33)	5.278
Marcas e patentes	87	-	(7)	79
Software - HUPA	-	33	-	33
Marcas e patentes - HUPA	-	7	-	7
<b>Total</b>	<b>5.339</b>	<b>99</b>	<b>(40)</b>	<b>5.397</b>

Descrição	2017			2018	
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização	
Software	(3.751)	(525)	28	(4.248)	
Marcas e patentes	(37)	(8)	2	(43)	
Software - HUPA	-	(28)	-	(28)	
Marcas e patentes - HUPA	-	(2)	-	(2)	
<b>Total</b>	<b>(3.788)</b>	<b>(563)</b>	<b>30</b>	<b>(4.321)</b>	

Movimentação do intangível de 2016 a 2017

Descrição	2016		2017	
	Custo	Movimentação	Custo	Movimentação
Software	6.795	64	(1.607)	5.252
Marcas e patentes	74	20	(7)	87
Softwares em andamento	(1)	1	-	-
<b>Total</b>	<b>6.868</b>	<b>85</b>	<b>(1.614)</b>	<b>5.339</b>

Descrição	2016			2017	
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização	
Software	(4.735)	(623)	1.607	(3.751)	
Marcas e patentes	(30)	(8)	1	(37)	
<b>Total</b>	<b>(4.765)</b>	<b>(631)</b>	<b>1.608</b>	<b>(3.788)</b>	

Total líquido bens

Modalidade	Encargos financeiros	2018	2017
<b>Em moeda nacional</b>			
Santander Giro parcelado	0,89% a.m.	-	9.614
Santander Giro parcelado	CDI+0,21% a.m.	7.073	-
Santander Giro parcelado	1,43% a.m.	-	269
Santander Giro parcelado	CDI+0,19% a.m.	-	9.215
Santander Giro parcelado	0,25% a.m.	-	234
Santander Giro parcelado	0,89% a.m.	-	5.045
Santander Giro parcelado	0,43% a.m.	-	5.016
Santander Rotativo	-	-	2.007
Bradesco Giro parcelado	1,01% a.m.	1.724	-
Bradesco Rotativo	-	-	2.000
Itaú Giro parcelado	CDI+0,20% a.m.	6.468	1.652
BRDE automático	TJLP + 6,3% a.a.	181	180
BRDE automático	TJLP + 6,3% a.a.	334	334
Santander leasing	1,49% a.m.	113	150
Santander leasing	TJLP+5,70% a.a.	261	247
Bradesco leasing	1,43% a.m.	-	25
(-) Juros sobre leasing	-	(32)	(48)
<b>Total passivo circulante</b>		<b>16.122</b>	<b>35.940</b>

Modalidade	Encargos financeiros	2018	2017
<b>Em moeda nacional</b>			
Santander Giro parcelado	CDI+0,21% a.m.	22.971	-
Santander Giro parcelado	1,43% a.m.	-	403
Santander Giro parcelado	0,25% a.m.	-	796
Bradesco Giro parcelado	1,01% a.m.	3.304	-
Itaú Giro parcelado	CDI+0,20% a.m.	13.886	18.514
BRDE automático	TJLP + 6,3% a.a.	45	223
BRDE automático	TJLP + 6,3% a.a.	83	412
Santander leasing	1,49% a.m.	-	113
Santander leasing	TJLP+5,70% a.a.	87	329
(-) Juros sobre leasing	-	-	(32)
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>40.376</b>	<b>20.758</b>
<b>Total Passivo circulante e não circulante</b>		<b>56.498</b>	<b>56.698</b>

Em garantia aos financiamentos e empréstimos de capital de giro, foram oferecidos imóveis de propriedade da Fundação, aval da administração e duplicatas em cobrança.

Os vencimentos correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2018, são os seguintes:

Ano	R\$ (Mil) Saldo
2019	15.180
2020	14.539
2021	14.180
Após 2021	12.599
<b>Total</b>	<b>56.498</b>

17. Obrigações sociais e trabalhistas

Estão representados como segue:

Descrição	2018	2017
Folha de pagamento a pagar	8.887	9.029
Férias a pagar	16.543	19.399
FGTS sobre 1/3 de férias a pagar	1.651	1.552
Pensão alimentícia	43	56
FGTS	1.743	1.958
Outros	965	931
<b>Total</b>	<b>29.832</b>	<b>32.925</b>

18. Previdência complementar

A Fundação UNIVALI é patrocinadora de dois planos de Previdência Complementar destinados a proporcionar benefícios previdenciários aos seus funcionários, sendo que tais benefícios não são complementares aos benefícios da Previdência Oficial. Os planos são: (a) O plano do tipo "Contribuição Variável" chamado de UNIVALI/PREVIDÊNCIA que está aberto para novas adesões, sendo que, para o participante com até 10 anos completos de contribuições ao plano, a contribuição da patrocinadora equivalerá à metade da contribuição do participante, e para o participante a partir de 10 até 35 anos completos de contribuição ao plano, a contribuição da patrocinadora será paritária à contribuição do participante e (b) o plano do tipo "Benefício Definido" chamado de UNIPREV que está fechado para novas adesões e suas contribuições são calculadas por atuário da administradora do plano com base nos compromissos assumidos e nas contribuições dos participantes. A UNIPREV teve sua adesão ao sistema PREVIC aprovado formalmente pela Secretaria de Previdência Complementar do então Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1996.

	Benefício Definido		Contribuição Variável	
	2018	2017	2018	2017
Participantes Ativos	3	4	2.163	2.242
Participantes em Benefícios				
- Aposentados Programados	0	0	270	254
- Aposentados por Invalidez	0	0	20	20
- Pensão por Morte	0	0	36	33
Benefício Médio (R\$)	0	0	3.430,16	3.237,59

O plano UNIVALI/PREVIDÊNCIA (Contribuição variável) apresentou equilíbrio técnico ajustado em 31/12/2018 negativo em R\$ 11.414.338,20 e uma sobra de recursos no Fundo de Reversão de Saldo de R\$ 2.960.284,92, gerando um resultado deficitário de R\$ 11.414.338,20. O plano UNIPREV (Benefício definido) apresentou em 31/12/2018 um superávit de R\$ 100.570,06.

19. Provisões

Estão representadas como segue:

Descrição	2017			
	2018	Reapresentado	Ajustes	Apresentado
Custos com Reestruturação	2.632	-	-	-
PMP - Petrobras	619	619	619	-
<b>Total</b>	<b>3.251</b>	<b>619</b>	<b>619</b>	<b>-</b>

Os custos com reestruturação referem-se aos gastos previstos para o encerramento das atividades do Hospital Pequeno Anjo, que conforme mencionado na nota explicativa 12, tiveram suas atividades assumidas pelo Instituto Santa Clara. Este montante refere-se a estimativa de gastos que a Univali terá para arcar com suas responsabilidades até que o Instituto Santa Clara assuma de forma definitiva as atividades.

20. Outras obrigações

Estão representadas como segue:

Descrição	2018	2017
APC - Associação dos Professores do CAU	7	14
AFUVI - Associação dos Funcionários da Univali	159	173
APESE - Associação dos Professores da Univali	71	84
Empréstimos a Funcionários e Professores	192	207
Devolução de valores contas a receber	2	6
Reembolso de despesas	14	46
Repasso para acadêmicos	117	38
Mensalidades restituir (saldo do aluno)	491	1.719
Repasso do SUS	16	59
Repasso seguro acadêmico	7	8
Bolsas a pagar	160	50
Outros	103	131
<b>Total</b>	<b>1.341</b>	<b>2.535</b>

21. Provisões para contingências

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos semelhantes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

Movimentação das provisões constituídas:

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Movimentação		Saldo em 31/12/2018
		Adições a provisão	Reversões/Baixas	
Trabalhistas (a)	490	4.994	(511)	4.973
Cíveis (b)	2.071	412	(527)	1.956
<b>Total</b>	<b>2.561</b>	<b>5.406</b>	<b>(1.038)</b>	<b>6.929</b>
(-) Depósitos Judiciais	(631)	(253)	504	(380)
<b>Saldo total líquido</b>	<b>1.930</b>	<b>5.153</b>	<b>(534)</b>	<b>6.549</b>

a) Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para as ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$ 4.973, sendo integralmente reconhecida na contabilidade. As reclamações trabalhistas versam principalmente sobre o cumprimento de cláusulas convencionais e legislação trabalhista (em sede de ações coletivas por Sindicatos e Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Trabalho), além de pagamento de complemento salarial, horas extras, indenizações, adicionais e diferenças salariais decorrentes de variação semestral de carga horária de determinados professores, os quais a Administração julga como normais em sua atividade. Existem processos avaliados pelos procuradores como sendo de risco possível, onde se discute aplicação de regime disciplinar e cometimento de falta grave por empegado, e validade de variação semestral de carga horária docente (em Ação Coletiva), no montante de R\$ 4.350 para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização.

b) Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para as ações cíveis classificadas pelos procuradores como de risco de perda provável totalizava R\$ 1.956, sendo integralmente reconhecida na contabilidade. As ações de natureza cível, em sua maioria, têm por objeto indenizações decorrentes de ações de cobrança e/ou de inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, a entrega de documentos sem integralização da matriz curricular, matrícula de aluno inadimplente em razão de cancelamento de FIES, furto no interior de veículos, supostos erros médicos e situações decorrentes da extinta parceria firmada com a UNITINS (Fundação Universidade do Tocantins) e outras instituições ara oferta de cursos na modalidade EAD (Educação a Distância). Existem ainda ações cíveis classificadas como sendo de risco de perda possível, as quais totalizavam R\$ 4.515 para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização.

c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2018, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias cuja probabilidade de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como risco possível para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização, como segue:

Autor	2018	2017
Secretaria da Receita Federal do Brasil - Auto de Infração (i)	313.096	313.096
Ministério Público Federal (ii)	12.502	12.502
<b>Total</b>	<b>325.598</b>	<b>325.598</b>

(i) Secretaria da Receita Federal – Auto de Infração

Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativo a Autos de Infração cujo conteúdo central é a (violação ao art. 55, inciso V da Lei nº 8.212/91 pelo fato de a Fundação UNIVALI patrocinar planos de previdência complementar para seus empregados).

(ii) Processos vinculados às Contribuições Sociais e Seguridade Social, conforme detalhamento a seguir:

a) Ação Cautelar Preparatória de Ação Civil Pública nº 36643-64.2006.4.01.3400 (2006.34.00.037659-0):

O Ministério Público Federal no Distrito Federal promoveu a Ação Cautelar Preparatória da Ação Civil Pública com o interesse de obter autorização judicial para efetuar os lançamentos dos créditos da seguridade social relativos aos anos de 1996 e 2001 contra a Fundação UNIVALI com vistas a eliminar possível prescrição destes créditos no curso da ação principal que pretendia ingressar, denominada Ação Civil Pública. A liminar foi deferida e a Fundação UNIVALI recorreu e o processo foi julgado, mantendo-se os lançamentos tributários exclusivamente para se evitar que ocorra a decadência. Foi ajuizada apelação. Aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com base na ordem liminar foi lançado o crédito constituído com base na NFLD n. 37.060.847-0, o qual também foi julgado pelo Conselho de Contribuintes e considerado parcialmente decaído. Com a aposentadoria do Des. Federal Luciano Tolentino, os processos que compõem o caso da UNIVALI foram redistribuídos à Des. Federal Ângela Catão (redistribuição por transferência conforme andamentos informados pelo TRF1).

b) Ação Civil Pública nº 4014-03.2007.4.01.3400 (2007.34.00.004059-3):

Considerada a ação principal ao processo indicado na alínea "a", tinha a intenção de conseguir, em sede de liminar, a declaração da ilegalidade em relação à imunidade tributária concedida à Fundação UNIVALI, de forma a impedir que a Administração Pública volte a lhe conceder o CEBAS bem como possibilitar o lançamento dos créditos relativos às contribuições sociais dos anos de 1997 a 2000. O juízo deferiu a liminar para que fossem suspensos os efeitos do CEBAS e fossem lançados os créditos da Seguridade Social. Após recurso da Fundação UNIVALI, a liminar foi cassada anulando-se todos os lançamentos autorizados pela liminar. Em 2011 o juízo sentenciou o feito e concedeu nova medida cautelar para o relançamento dos créditos tributários, reservando o direito da Fundação a obter Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPD-EN). Contra a sentença foi interposto recurso de apelação e aguarda-se julgamento. Com a aposentadoria do Des. Federal Luciano Tolentino, os processos que compõem o caso da UNIVALI foram redistribuídos à Des. Federal Ângela Catão (redistribuição por transferência conforme andamentos informados pelo TRF1).

c) Ação Declaratória Incidental nº 28382-08.2009.4.01.3400 (2009.34.00.028910-5):

Nova tentativa do Ministério Público Federal em considerar não prescritos/decaídos os créditos da Seguridade Social relativos aos períodos de 01/01/95 a 01/01/97; 01/01/98 a 31/12/00; e 01/01/01 a 31/12/03 – correspondentes dos períodos dos CEBAS anteriormente concedidos, ou seja, é o meio utilizado para tentar constituir os créditos lançados com base na liminar que havia sido deferida na Ação Civil Pública nº 2007.34.00.004059-3, posteriormente cassada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O Juiz sentenciou em favor do Ministério Público e aguarda-se o julgamento da Apelação pelo TRF1. Com a aposentadoria do Des. Federal Luciano Tolentino, os processos que compõem o caso da UNIVALI foram redistribuídos à Des. Federal Ângela Catão (redistribuição por transferência conforme andamentos informados pelo TRF1).

d) Ação Declaratória n. 0057096820114013400

Foi ajuizada Ação Declaratória após Sentenciamento da Ação Civil Pública com a finalidade do juiz declarar que os créditos tributários anulados em função da cassação da ordem liminar do juízo de primeira instância não poderiam ser represtinados por Sentença. O texto da sentença é aberto sobre o tema, determinando-se o lançamento sem indicar, contudo, o se tais créditos seriam objeto de novo lançamento ou aqueles já anulados seriam convalidados. Na primeira hipótese, tudo indica, teria ocorrido a decadência da maior parte dos créditos objeto da ação. Em função desse novo processo, o juízo alegou litispendência e coisa julgada (embora a ação ainda estivesse em trâmite), extinguindo a ação. Há continência entre as demandas. Contra a Sentença foi interposta apelação que aguarda julgamento. Com a aposentadoria do Des. Federal Luciano Tolentino, os processos que compõem o caso da UNIVALI foram redistribuídos à Des. Federal Ângela Catão (redistribuição por transferência conforme andamentos informados pelo TRF1).

Os processos acima encontravam-se com a tramitação suspensa em virtude do julgamento de Memoriais entregues pela defesa da Fundação Universidade do Vale do Itajaí à Desembargadora Federal Relatora Ângela Catão que informou sobre a tramitação de blocos de processos que discutiam a inconstitucionalidade do art. 55, da Lei n. 8.212/91. Concluído o julgamento pelo STF e decidido pela inconstitucionalidade do art. 55 (no que toca à definição e quantitativos de gratuidades) reiterar-se-á o esvaziamento da tese do MPF.

e) Ação Popular nº 5000431-55.2010.404.7208:

Após a Fundação UNIVALI conseguir, através da Resolução CNAS nº 03/2009, o deferimento da renovação do seu último CEBAS pelo CNAS (Processo 71010.000904/2006-68), foi proposta contra a Fundação UNIVALI perante a 2ª Vara da Justiça Federal de Itajaí a Ação Popular objetivando anular este CEBAS. Em 04.10.2010 a Juíza Federal deferiu liminar contrária a Fundação UNIVALI e houve recurso da liminar concedida sendo a mesma cassada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Esta Ação Popular nº 5000431-55.2010.404.7208 teve sentença de improcedência proferida em 27.10.2014. Em 09.12.2014, o Autor Popular Luiz Cláudio Lemos Tavares ingressou com recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, apelação está ainda não apreciada.

22. Resultados Diferidos

Estão representadas como segue:

Descrição	2018	2017
Cessão de uso do estacionamento	a) 750	-
Cessão de espaço de divulgação	b) 71	-
Cessão da Folha de Pagamento	c) 4.861	-
<b>Total</b>	<b>5.682</b>	<b>-</b>

a) Refere-se a valores recebidos antecipadamente para a renovação do contrato de cessão de uso do espaço do pátio para a exploração do estacionamento, os valores serão apropriados com receita até o exercício de 2022, sendo que para o ano de 2018 a amortização foi equivalente a 75,0% do total, em 2019 será amortizado 10,0% do total, em 2020 será amortizado 7,5% do total, em 2021 será amortizado 5,0% do total 2,5% em 2022, de acordo com o estabelecido em contrato.

b) Refere-se a cessão de espaço publicitário através de permuta, os valores serão apropriados como receita até julho de 2021.

c) Refere-se a cessão para gerenciamento dos valores a pagar oriundo da Folha de Pagamento, com prazo de 72 meses, tendo sido amortizado no exercício de 2018 duas parcelas.

23. Patrimônio Social

O patrimônio líquido é constituído pela dotação inicial acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da entidade, e a incorporação da FUNPEX – Fundação de Extensão e Pesquisas Educacionais em 30/09/2017, decorrente do seu processo de extinção por inatividade.

Os Patrimônios Sociais estão representados como segue:

Descrição	2018	2017
Patrimônio Realizado	64.477	64.477
Incorporação Funpex	1.350	1.350
<b>Total</b>	<b>65.827</b>	<b>65.827</b>

24. Reserva de reavaliação

A entidade, baseada em laudo de peritos, reconheceu contabilmente em 01 de julho de 2003 a reavaliação dos bens do ativo imobilizado e em 03 de outubro de 2007 a reavaliação dos terrenos.

25. Ajuste de avaliação patrimonial dos terrenos

A entidade, baseada em laudo de peritos, reconheceu em 2010 o ajuste de avaliação patrimonial dos terrenos no montante adicional de R\$ 149.047, mantendo os valores das edificações pelos registros históricos por julgar que os valores contábeis são adequados.

26. Gratuidades através de bolsas de estudo e projetos sociais

A entidade além de sistema de bolsas de estudo com recursos próprios para os estudantes, dentro de critérios socioeconômicos, aderiu ao PROUNI em dezembro de 2005, na forma da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, estando assim cadastrada como entidade

aderiu ao PROUNI em dezembro de 2005, na forma da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, estando assim cadastrada como entidade beneficente e de assistência social na forma do art. 11 da referida lei, passando a conceder bolsas de estudos integrais e parciais dentro dos princípios do projeto de ampla concorrência e de políticas afirmativas do MEC, concedendo ainda bolsas de estudos para o CAU – Colégio de Aplicação Univali, que atua no ensino de crianças, adolescentes e jovens. Para os exercícios de 2018 e 2017, temos as seguintes aplicações em gratuidades apresentadas conforme a Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017, através da calculadora:

Em R\$:

CALCULADORA MEC - ANO 2018			
		Educação Básica	Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		1.364	20.638
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Is	209	0
Alunos bolsa integral com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	7	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Iero	0	5.673
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	213	5.673
Outras bolsas integrais (b)		0	15
Alunos inadimplentes (d)		176	2.776
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	1.188	17.848
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Fpro	0	12
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	0	12
Número total de bolsas integrais equivalentes	B	214	5.679
Outras bolsas parciais		968	2716
<b>Cálculo dos benefícios complementares</b>			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 87.632,86	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 11.593.698,20	R\$ 310.737.479,37
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	1.188	17.853
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 9.758,84	R\$ 17.395,69
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		8	0
		Atendido	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		71	1.893
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	8	0
<b>Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo</b>			
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem ProUni 1/4)		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido
<b>BASE DE CÁLCULO</b>			
1ª parcela 20% (1/5) - (total a ser concedido)		975	12.175
Excesso (Falta) de bolsas 100%		196	2.435
		18	328

Em R\$:

CALCULADORA MEC - ANO 2017			
		Educação Básica	Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		1.403	22.458
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Is	231	0
Alunos bolsa integral com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	6	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Iero	0	5.000
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	237	5.000
Outras bolsas integrais (b)		0	22
Alunos inadimplentes (d)		197	3.115
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	1.206	19.361
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Fpro	0	35
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	0	35
Número total de bolsas integrais equivalentes	B	238	5.018
Outras bolsas parciais		990	2.459
<b>Cálculo dos benefícios complementares</b>			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 10.566.313,93	R\$ 291.068.638,55
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	1.206	19.383
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 8.761,45	R\$ 16.047,66
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		75	2.005
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0	0
<b>Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo</b>			
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem ProUni 1/4)		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido
<b>BASE DE CÁLCULO</b>			
1ª parcela 20% (1/5) - (total a ser concedido)		969	13.361
Excesso (Falta) de bolsas 100%		194	2.072
		43	328

A Fundação UNIVALI, através do Hospital Universitário Pequeno Anjo, ofertou os seus serviços de atendimento ao SUS, superior ao mínimo estabelecido pelo Art. 4º da Lei 12.101/2009, conforme demonstrativo a seguir:

Quantidade de pessoas internadas		
	2018	2017
Internações - Pacientes SUS	2.980	2.834
Internações - Pacientes Convênios e particulares	822	940
<b>Total de internações</b>	<b>3.802</b>	<b>3.774</b>
<b>% de pessoas internadas pelo SUS</b>	<b>78,38%</b>	<b>75,09%</b>
Quantidade de permanência nas internações		
	2018	2017
Dias Internados - Pacientes SUS	14.109	11.185
Dias Internados - Pacientes Convênios e particulares	2.727	2.923
<b>Total número de pacientes dia/ano</b>	<b>16.836</b>	<b>14.108</b>
<b>% de pacientes dia/ano internados pelo SUS</b>	<b>83,80%</b>	<b>79,28%</b>

## 27. Resultado financeiro

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

Descrição	2018	2017
Juros	5.492	4.428
Multas de mora	0	2
Descontos auferidos	244	573
Rendimentos de aplicação financeira	288	499
Varição monetária ativa	-	-
<b>Total receita financeira</b>	<b>6.025</b>	<b>5.502</b>
Tarifas bancárias	(339)	(376)
Juros pagos	(125)	(150)
Multa paga	0	(0)
Descontos financeiros concedidos	(797)	(509)
Juros financiamento do ativo imobilizado	(160)	(232)
Juros com empréstimo do capital de giro	(4.588)	(4.042)
Encargo Convênio Crédito Educativo	(297)	-
Tarifas bancárias - Subvenções	-	(1)
Taxas Fgeduc	(1.303)	(7.323)
Taxas Bancaria Fies	(550)	(1.128)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(8.159)</b>	<b>(13.761)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(2.134)</b>	<b>(8.259)</b>

## 28. Cobertura de seguros

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. O procedimento de auditoria focou na análise das apólices de seguro e a cobertura dos bens previstos pelas mesmas. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

Coberturas	Valor - R\$
Seguro Antenas	355
Seguro Predial	102.000
Veículos	520
Danos Pessoais - Embarcações	245
Seguro de Vida	2.472
<b>Total</b>	<b>105.592</b>

## 29. Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Fundação não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Fundação.

### a) Identificação e valoração dos instrumentos financeiros

A Fundação opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, mensalidades líquidas a receber, outros recebíveis, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

### b) Caixa e equivalentes de caixa, mensalidades líquidas a receber, outros recebíveis e fornecedores.

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

### c) Empréstimos e financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem taxas competitivas, abaixo do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, são linhas comuns disponíveis no mercado e por isso não apresentam diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado.

### d) Composição de saldos

Em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 estão identificados a seguir:

Descrição	2018	
	Saldo contábil consolidado	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	56.498	56.498
Mensalidades líquidas a receber	21.935	21.935
Aplicações financeiras	16.439	16.439
Fornecedores	11.841	11.841
Disponibilidades	30	30
Outros recebíveis	10.694	10.694
<b>Total</b>	<b>117.437</b>	<b>117.437</b>

### e) Risco de liquidez

É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar as operações da Fundação.

### f) Derivativos

A Fundação tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos.

### g) Gerenciamento de riscos

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Fundação podem ser considerados como:

#### • Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Fundação incorrer em ganhos/perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Fundação monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### • Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada.

#### • Risco cambial

A administração da Fundação optou por não realizar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swap) para proteger seu passivo ou exposição líquida em moeda estrangeira dos efeitos de eventuais variações cambiais.

## 30. Retificação de erro e ajustes de exercícios anteriores

Em milhares de R\$	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Título PROIES - Ajuste do exercício de 2016	11.728	(11.728)	-
Outros recebíveis - Ajuste do exercício de 2017	2.250	5.602	7.852
Imobilizado - Ajuste do exercício de 2017	360.368	(20.055)	340.313
Outros	95.171	-	95.171
<b>Total de Ativos</b>	<b>469.517</b>	<b>(26.181)</b>	<b>443.336</b>
Impostos e contribuições a recolher - Ajuste do exercício de 2017	8.961	(1.817)	7.145
Provisões - Ajuste do exercício de 2017	-	619	619
Outros	110.440	-	110.440
<b>Total de Passivos</b>	<b>119.401</b>	<b>(1.198)</b>	<b>118.204</b>
Deficits acumulados	(24.623)	(24.963) a)	(49.606)
Outros	374.739	-	374.738
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>350.116</b>	<b>(24.983)</b>	<b>325.132</b>

Ajuste do exercício de 2016	11.728
Ajuste do exercício de 2017	13.255
<b>Total</b>	<b>24.983</b>

Apresentamos a seguir os ajustes realizados em 2018 referente à competência de exercícios anteriores:

Descrição	Valor Ajustado
Nota fiscal reclassificada	a) 0
Reclassificação de IRRF 12/2017	b) 1.817
Reclassificação itens de capital PMP	c) (20.055)
Receita da competência 12/2017	d) 5.602
Baixa títulos PROIES a recuperar	e) (11.728)
Provisão itens de capital PMP	f) (619)
<b>Total</b>	<b>(24.983)</b>

Em R\$:

a) Notas Fiscal reconhecida como despesa equivocadamente no ano de 2017 no valor de R\$ 401,93.

b) Reclassificação contábil do IRRF competência 12/2017, de acordo com a adequação da NBC TG 07 e aprovação do CAS Processo 003/CAS/2019 e Parecer 005/CAS/2019 no valor de R\$ 1.816.621,45.

c) Bens de capital pertencentes ao Projeto PMP, contabilizados equivocadamente como Ativos Imobilizados, provenientes de recebimentos de anos anteriores no valor de R\$ 20.054.963,23.

d) Receitas reconhecidas indevidamente no exercício de 2018 que se referem a receitas da competência de dezembro de 2017, no montante de R\$ 5.601.773,10.

e) Baixa dos títulos PROIES a recuperar, devido a remissão de dívida ativa. São referentes a valores concedidos por bolsas em contrapartida ao abatimento de dívida tributária no valor de R\$ 11.728.173,49, com a remissão e baixa contábil do PROIES não havia mais a possibilidade de recebimento, cobrança ou compensação dos referidos valores já na época (ano de 2016).

f) Provisão de saldo referente a compras de bens de capital do Projeto PMP a serem realizados em 2019, provenientes de recebimentos de anos anteriores no valor de R\$ 618.873,67. Estes bens serão integralmente repassados/doados a parceiras que atuam no Projeto.

## 31. Eventos Subsequentes

Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras não foram constatadas e nem é de conhecimento da administração da Fundação, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações financeiras.

Itajaí, 31 de dezembro de 2018.

A Administração

Valdir Cechinel Filho  
CPF 443.476.009-25  
Presidente

Cristiane Pauline Souza Felipe  
CPF 004.199.969-07  
Contadora CRC-SC nº 032.672/O-0

<p>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</p> <p>Ao Conselho de Administração Superior da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI. Itajaí - SC</p> <p>Opinião com ressalva</p> <p>Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – “UNIVALI”, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UNIVALI, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidades de lucro (ITG 2002 e alterações).</p> <p>Base para opinião com ressalva</p> <p>A UNIVALI, não realizou os procedimentos pertinentes ao teste de recuperabilidade de seu Investimento (Ativo não circulante) registrado sobre a rubrica “Acervo Museu” no montante de R\$ 30.322 (mil) e de seus ativos imobilizados no montante de R\$ 341.832 (mil), em conformidade com o estabelecido pela norma contábil NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais reconhecimentos de perda na realização destes ativos.</p> <p>A UNIVALI, não apurou o valor justo de sua propriedade para investimento em conformidade com a norma contábil NBC TG 28 – Propriedade para Investimento, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, cujo saldo registrado no grupo de Investimentos (Ativo não circulante), para a data base de 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 1.318 (mil). Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais reconhecimentos de perda ou ganhos para estes ativos.</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à UNIVALI, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.</p> <p>Ênfase</p> <p>Demonstrações contábeis alteradas</p> <p>Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2018, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 30, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2017. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da UNIVALI referentes ao exercício de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2017 tomadas em conjunto.</p> <p>Outros assuntos</p> <p>Auditoria do período anterior</p> <p>As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditadas por outro auditor que emitiu opinião sem modificação. O Auditor Antecessor emitiu opinião antes de serem efetuados os ajustes mencionados na Nota Explicativa 30.</p> <p>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor</p> <p>A Administração da UNIVALI é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.</p> <p>Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p>		<p>Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis</p> <p>A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidades de lucro (ITG 2002 e alterações) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a UNIVALI continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a UNIVALI ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da UNIVALI são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p> <p>Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</li> <li>Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da UNIVALI.</li> <li>Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</li> <li>Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da UNIVALI. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a UNIVALI a não mais se manter em continuidade operacional.</li> <li>Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</li> <li>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</li> </ul> <p>Blumenau (SC), 15 de março de 2019.</p> <p>ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S. CRC-SC Nº 001.059/O-7 Sidnei Raitz - Sócio Responsável Contador CRC Nº SC-028.920/O-3</p>
---	--	---

# PUBLICAÇÃO LEGAL JORNAL DE SANTA CATARINA

**LICITAÇÃO**

**ANUNCIE:**  
**(47) 3221-1402**

**SANTA**

**EDITAL - TAINARA CATARINA SOARES SAGAZ**, Escrevente Registral do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os que virem o presente edital, ou dele tomarem conhecimento, de que se promove neste Serviço de Registro, o parcelamento de solo sobre o terreno de propriedade de Valentim Batista, brasileiro, Industrial, inscrito no CPF sob nº 436.040.489-15, casado pelo regime da comunhão universal de bens, conforme casamento registrado em 09.12.1987, com Tania da Silva Batista, brasileira, industrial, inscrita no CPF sob nº 529.894.619-19, residentes e domiciliados nesta cidade, na rua Alexandre Pfiffer, nº 33, bairro Progresso, terreno este localizado no bairro Progresso, no lado ímpar da rua Alexandre Pfiffer, contendo a área de seiscentos e setenta e cinco metros quadrados (675,00m2), do qual esta sendo desmembrado 01 (uma parcela), sendo a parcela 01) com área de 337,50m2, sem benfeitorias, restando a área remanescente de 337,50m2 que possui acesso para o sistema público viário existente, além das áreas e das testadas mínimas exigidas pela legislação federal e municipal. O projeto de parcelamento do solo mediante desmembramento foi realizado pelo Engenheiro civil, Augusto Procopio Gomes, conforme ART sob nº 6875094-0. Para que chegue ao conhecimento dos confinantes: Arão Inácio Simas, Wilfrid Labes, Ida Labes, Luiz Carlos Labes e Ingrid Boos, Município de Blumenau, e de todos que podem achar-se prejudicados, foi expedido o presente edital, para ser publicado por três (3) dias consecutivos em jornal local de grande circulação, podendo o registro, pelo prazo de quinze (15) dias, ser impugnado perante esta Serventia, mediante manifestação por escrito, de conformidade com o artigo 19 da Lei 6.766/79. Emolumentos: R\$ 17,75. Blumenau, 28 de maio de 2019. A Escrevente Registral: (Tainara Catarina Soares Sagaz).

**EDITAL - IARA MARIA DOS ANJOS** – A Registradora do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei: FAZ SABER a todos os interessados que virem o presente edital ou dele tomarem conhecimento, que a requerimento de ADMINISTRADORA HAUS & GARTEN LTDA., CNPJ 10.484.779/0001-11, com sede na rua Benjamin Constant, nº 1.075, Bairro Imigrantes, Centro nesta cidade de Timbó; foram DEPOSITADOS neste 1º Ofício, os documentos necessários exigidos pelo artigo 18 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para promover o REGISTRO DO DESMEMBRAMENTO de seis (06) parcelas, designadas sob área, contendo: área 01-540,00 m2, área 02- 540,00 m2, área 03- 540,00m2, área 04- 600,00m2, área 05- 600,00m2, e área 06- 861,90 m2, todas sem edificações. As referidas parcelas serão desmembradas do terreno urbano situado do lado par da rua João Tesch, nesta cidade de Timbó e Comarca; distando pelo lado direito 40,27 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Áustria, devidamente matriculado nesta serventia sob número de ordem 19.704, Livro 2. O Desmembramento foi devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal local. Planta devidamente assinada por Ravy Kurtz Jurk – Engenheiro Florestal, registrado no Crea/SC sob o nº 116766-6 e ART nº 6638130-0. E para que chegue ao conhecimento de todos aqueles que possam julgar-se prejudicados com o referido registro, lavrei o presente edital que será publicado durante três dias consecutivos em jornal de circulação diária local, podendo aqueles que se sentirem prejudicados apresentar sua impugnação junto a esta Serventia no prazo de quinze (15) dias, contados da data da última publicação. Dado e passado nesta cidade de Timbó e Comarca, aos oito dias do mês de maio de dois mil e dezenove. Iara Maria dos Anjos. A Registradora



NOTIFICAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS INADIMPLENTES NO PLANO DE SAÚDE DA CLINIPAM						
A CLINIPAM – CLÍNICA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA CNPJ/MF n.º 76.822.612/0001-17, com estabelecimento na Rua XV de Novembro, n.º 597, 2º andar, Centro, Curitiba, Paraná, vem notificá-los acerca da INADIMPLÊNCIA IDENTIFICADA NOS PLANOS DE SAÚDE ABAIXO ELENCADOS: De acordo com o art. 13, parágrafo único, inciso II da Lei 9656/98, a inadimplência das mensalidades por período superior a 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, verificada nos últimos 12 (doze) meses de vigência do contrato, implicará na sua rescisão. Por essa razão, solicitamos que a regularização do pagamento seja feita, impreterivelmente, até a data máxima estipulada abaixo, podendo ser através de boleto bancário atualizado e/ou cartão de débito ou crédito, bandeiras Visa ou MasterCard. Entre em contato conosco pelo tel. (47) 2103-3100 ou pessoalmente na Unidade Unidade Clinipam Itajaí, endereço: Rua Samuel Heusi, 190 - sala 100 - Centro - Itajaí e tel. (47) 3381-3900 ou pessoalmente na unidade Clinipam Blumenau, endereço: Alameda Rio Branco, 238, 8º andar - Centro – Blumenau.						
Identificação do consumidor	Nome do plano de saúde contratado/ nº de registro na ANS	Competências em aberto/ quantidade de dias de Atraso	Data máxima para pagamento	Valor do débito atualizado com juros e multas até a data da publicação	Quantidade de dias de atraso acumulados nos últimos 12 meses	
CPF do titular financeiro ou CNPJ	Nº do CCO (código de identificação do consumidor na ANS   Agência Nacional de Saúde)					
<b>Clinipam SC Pessoa Física venc 05/04/2019 a 14/04/2019</b>						
048260799XX	046576279700/	MATER GENIAL PF PLUS SC 479614174	03/2019 48 dias / 04/2019 18 dias	09/06/2019 R\$ 408,74	70	
549032039XX	044984926401/	MATER GENIAL PF PLUS SC 479614174	04/2019 48 dias / 05/2019 18 dias	09/06/2019 R\$ 773,28	192	
<b>Mercoplan Pessoa Física e Jurídica</b>						
128214799XX	041240276201/	A++OB CO-PART 50C/30D SEMI-PRIV 479114172	04/2019 48 dias / 05/2019 18 dias	09/06/2019 R\$ 399,88	391	
405438110XX	02419610488/	A+HS/OB CO-PART IND 440681038 SEMI-PRIV CO-54 479101171	04/2019 48 dias / 05/2019 18 dias	09/06/2019 R\$ 1.778,56	333	
939420879XX	041240264200/ 041240264309/ 041240264407/	A CO-PART 30 S/ ACOM 479090171	04/2019 48 dias / 05/2019 18 dias	09/06/2019 R\$ 697,22	469	
16.685.765/0001-XX	031565810308/ 031565833607/ 031565833705/	ME301- A++OB CO-PART CORP 2 440684032 E 3 SEMI-PRIV 479104175	04/2019 48 dias / 05/2019 18 dias	09/06/2019 R\$ 2.338,19	387	
<b>Servmed Pessoa Física</b>						
154441559XX	040948078405/ 040948078503/	PLANO 2 AAHE 432189008	04/2019 44 dias / 05/2019 14 dias	13/06/2019 R\$ 2.321,08	372	